



Fórum Nacional de Economia Circular

3ª Reunião

Brasília, 7 de agosto de 2025

Pauta da Reunião

- **Abertura**
- **Aprovação da ata da 2ª reunião (8/5/2025)**
- **Informes**
- **Aprovação do Regimento Interno**
- **Apresentação Plano Nacional de Economia Circular: Ações e Iniciativas**
- **Apresentação da Intranet (ENEC/PLANEC)**
- **Apresentação CAIXA: Chamada Pública nº 002/2025 - Economia Circular**
- **Apresentação Ministério das Cidades: Plansab – Caderno Temático Economia Circular**
- **Apresentação Chamadas Públicas MCTI/CNPq/CSIC nº 9/2025 e CNPq/SETEC/MCTI nº 6/2025**
- **Resumo da Oficina de Dados para o Monitoramento da Economia Circular no Brasil**
- **Encaminhamentos**

Aprovação da Ata da reunião de 8/5/2025



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM NACIONAL DE ECONOMIA CIRCULAR

Aos 8 dias de maio de 2025, o Fórum Nacional de Economia Circular reuniu-se presencialmente no Salão Nobre, no 9º andar, bloco K, na Esplanada dos Ministérios, e virtualmente, por meio de videoconferência, com horário de início às 14:30 e horário de término às 17:30. Os participantes constam em lista de presença disponível no processo SEI nº 19687.000554/2025-20.

1. Abertura e Boas-vindas

- a. A reunião foi aberta pelo Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria, Rodrigo Rollemberg, presidente do Fórum.
- b. Houve a apresentação dos membros designados (Portaria SE/MDIC nº 450/2025), com a verificação de presença dos representantes dos diversos órgãos, entidades e organizações.

2. Programa "Tudo na Circularidade" do BNDES

- a. Eduardo Kaplan do BNDES realizou apresentação sobre o tema.

3. Apresentação da pauta da reunião

- a. O Presidente do Fórum Rodrigo Rollemberg apresentou a pauta da reunião do Fórum.

4. Informes

- a. O Diretor de Novas Economias do MDIC, Lucas Ramalho, atualizou os presentes acerca da situação do PL 1.874/2022, que institui a Política Nacional de Economia Circular.
- b. Pedro Prata da Fundação Ellen MacArthur citou a atuação da Fundação em relação ao PL e solicitou que o Fórum reafirme apoio ao PL.
- c. O Presidente do Fórum Rodrigo Rollemberg se comprometeu na atuação do Fórum junto ao governo para aprovação do PL.

Principais pontos:

1. Apresentação dos resultados da consulta pública.
2. Aprovação do Plano Nacional de Economia Circular.
3. Decisão pela criação do GT de Importação de resíduos sólidos.
4. Encaminhamento de ofício para a presidência da COP30 - inclusão da Economia Circular.
5. Lançamento da página da ENEC.

Informes

Grupo de Trabalho - Importações de resíduos sólidos

- Lei nº 15.088/2025 - altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos, para proibir a importação de resíduos sólidos e de rejeitos, ressalvados os casos que especifica.
- Decreto nº 12.451/2025 - regulamenta o Art, 49, §1º, da Lei nº 12.305/2010, dispondo sobre as exceções à proibição de importação de resíduos sólidos. O Art. 8º desse Decreto prevê que a definição da lista de resíduos permitidos para importação será feita por meio de ato conjunto do MDIC, MMA, SGPR e CC/PR.
- Portaria MMA/MDIC/SGPR/CC-PR nº 1.386/2025 - o Art. 2º, §§2º e 3º, dispõem que os limites serão fixados pelo Gecex/Camex e ocorrerá após consulta ao FNEC e CIISC.
- Cotas sugeridas pelo FNEC e enviadas para o Gecex/Camex:
 - ☐ **Cacos de vidro incolor: 9 mil toneladas anuais**
 - ☐ **Aparas de papel de fibra longa: 78 mil toneladas anuais**
 - ☐ **Outros desperdícios e resíduos de ferro ou aço: não definir cotas**
 - ☐ **Desperdícios e resíduos de alumínio: não definir cotas**

Interlocução com a presidência da COP 30

- Ofício nº 4411/2025/MDIC sobre Fortalecimento da Economia Circular na COP 30 enviado à presidência da COP.
- Recebido e enviado para os responsáveis pela Agenda de Ação e pelos pavilhões da COP30.

Evento 1: Implementação do kit de ferramentas "Integrando a Circularidade às Contribuições Nacionalmente Determinadas" no Brasil	Evento 2: Plataforma "Recircula" de rastreabilidade de materiais	Evento 3: Melhorando a contabilidade das emissões climáticas para acelerar a transição da economia circular
Organizador: FNEC, PNUMA, PNUD e Secretariado do UNFCCC	Organizador: FNEC, ABDI	Organizador: FNEC, Fundação Ellen MacArthur
Nível de participação do FNEC: organização em conjunto com PNUMA	Nível de participação do FNEC: organização em conjunto com ABDI	Nível de participação do FNEC: organização em conjunto com EMF
Data: 10 ou 11/11/2025	Data: 10 ou 11/11/2025	Data: 10 ou 11/11/2025
Local: BlueZone	Local: GreenZone	Local: GreenZone

Economia Circular na COP 30



<https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/cop30-anuncia-calendario-de-dias-tematicos-e-convida-o-mundo-para-belem>

O calendário de Dias Temáticos será o seguinte:

- **10–11 de novembro** destacarão os temas de Adaptação, Cidades, Infraestrutura, Água, Resíduos, Governos Locais, Bioeconomia, Economia Circular e Turismo, lançando as bases para a prontidão e resiliência climática em todos os sistemas, setores, comunidades e regiões.
- **12–13 de novembro:** Saúde, Empregos, Educação, Cultura, Justiça e direitos humanos, Integridade da informação e Trabalhadores. Estes dias também introduzem o Balanço Ético Global, reforçando a equidade e a responsabilidade moral na governança climática.
- **14–15 de novembro:** focarão na transformação de sistemas em Energia, Indústria, Transporte, Comércio, Finanças, Mercados de carbono e Gases não-CO₂, apoiando o esforço global para triplicar a energia renovável, dobrar a eficiência energética e fazer a transição dos combustíveis fósseis de forma justa, ordenada e equitativa.
- **17–18 de novembro:** elevarão a gestão planetária e comunitária — centrando-se em Florestas, Oceanos e Biodiversidade, enquanto destacam os Povos indígenas, Comunidades locais e tradicionais, Crianças e a Juventude e Pequenos e médios empreendedores, mostrando soluções inclusivas, com base na realidade e alinhadas com a natureza.
- **19–20 de novembro:** abordarão a alimentação, a agricultura e a equidade em suas raízes, tratando de Agricultura, Sistemas alimentares e segurança alimentar, Pesca e Agricultura familiar. Enfatizarão também debates relacionados a Mulheres, Gênero e Pessoas Negras. Além disso, os últimos dias temáticos se concentrarão em Ciência, Tecnologia e Inteligência Artificial, ressaltando seu papel fundamental na condução da inovação, governança e equidade digital como habilitadores cruciais para soluções climáticas globais.

Decreto de Logística Reversa de Embalagens de Plástico

- Art. 8. da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelece os sistemas de logística reversa como um de seus instrumentos.
- Art. 33. da PNRS dispõe sobre a obrigação de estruturação de sistemas de logística reversa a alguns produtos
 - § 1 do Art. 33. estende o previsto no caput a produtos comercializados em **embalagens plásticas**, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.
 - § 2 do Art. 33. dispõe sobre a consideração de viabilidade técnica e econômica da logística reversa, bem como o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados para os produtos e embalagens referidos no § 1
- Decreto N. 11.300, de 21 de dezembro de 2022, regulamentou o sistema de logística reversa de embalagens de vidro.
- Em breve, **novo Decreto disporá sobre sistema de logística reversa de embalagens de plástico**:
 - Responsabilidades de atores da cadeia: fabricantes de produtos e embalagens, importadores, distribuidores, comerciantes, recicladores, catadores e catadoras, e consumidores;
 - Índices e metas de recuperação e conteúdo reciclado
 - Modelos individual e coletivo
 - Entidades gestoras e verificadores de resultados
 - Formato, meios e prazos para verificação e relato

BRICS

Economia Circular



Nona Reunião dos Ministros da Indústria do BRICS

21 de maio de 2025

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Por:

- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços da República Federativa do Brasil
- Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação da República Popular da China
- Ministério da Indústria e Transportes da República Árabe do Egito
- Ministério da Indústria da República Democrática Federal da Etiópia
- Ministério do Comércio e Indústria da República da Índia
- Ministério da Indústria da República da Indonésia
- Ministério da Indústria, Minas e Comércio da República Islâmica do Irã
- Ministério da Indústria e Comércio da Federação Russa
- Ministério do Comércio, Indústria e Concorrência da República da África do Sul
- Ministério da Indústria e Tecnologia Avançada dos Emirados Árabes Unidos E
- Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte da República Federativa do Brasil
- Ministério do Desenvolvimento das Pequenas Empresas da República da África do Sul

EXPRESSAMOS nossa firme determinação em consolidar as bases da cooperação para o desenvolvimento industrial verde, aproveitando plenamente o enorme potencial no uso eficiente de energia e recursos durante os processos produtivos industriais. Os BRICS reafirmam seu papel de liderança na promoção da circularidade no setor produtivo global e comprometem-se com a adoção de uma abordagem de economia circular ao longo de todo o ciclo de vida dos produtos — do ecodesign à produção mais limpa, ao consumo responsável — estabelecendo-se como um bloco de referência em práticas sustentáveis e no fortalecimento das cadeias globais de suprimento.

China, Egito, Etiópia, Índia, Indonésia, Irã, Rússia, África do Sul e Emirados Árabes Unidos elogiam a presidência do Brasil em 2025 e expressam seu apreço pela exitosa organização da 9ª Reunião dos Ministros da Indústria do BRICS, incluindo a participação de Ministérios de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs).

PL 3899/2012 – Posicionamento

1. Substitutivo ao PL nº 3.899/2012 que institui a Política Nacional de Economia Circular, estabelece mecanismos estímulo, parâmetros e instrumentos de fortalecimento da responsabilidade na gestão corporativa, a produção e o consumo sustentáveis, e dá outras providências.
2. Tramitação no Congresso: PL apresentado pela Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) que ao longo de sua tramitação foram apensados 22 projetos entre 2012 e 2024 entre esses, o PL 1874/2022.
3. Quantidade de artigos:
 - PL 1847/2022 - 22 arts
 - PL 3899/2012 - 133 arts



Proposta de Regimento Interno do Fórum Nacional de Economia Circular

07 de agosto de 2025





REGIMENTO INTERNO			
CAPÍTULO I – DA NATUREZA			
Portaria GM/MDIC nº 309, de 13 de setembro de 2024 Caráter permanente / Natureza consultiva /Não remunerado Governança da ENEC/PLANO NACIONAL			
CAPÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO			
Seção I - Da Composição		Seção II - Da Gestão	
CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS E DAS ATRIBUIÇÕES			
Seção I - Das atribuições da Presidência do Fórum	Seção II - Das Competências e Atribuições da Secretaria Executiva	Seção III - Das Competências dos membros	
CAPÍTULO IV - DO FUNCIONAMENTO			
Seção I - Das reuniões do Fórum Nacional de Economia Circular			
CAPÍTULO V - DOS GRUPOS DE TRABALHO			
Seção I - Da criação dos GTs	Seção II - Da Coordenação dos GTs	Seção III - Das Competências e Atribuições dos GTs	Seção IV - Das competências da Coordenação dos GTs
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS			




CAPÍTULO I - DA NATUREZA

- Caráter permanente
- Natureza consultiva
- Não remunerado
- Governança da ENEC/PLANO NACIONAL
- Funções
 - Elaborar plano nacional, estudos, estratégias, entre outros;
 - Assessorar;
 - Monitorar;
 - Avaliar a implementação da ENEC/Plano Nacional de Economia Circular (PLANEC); e
 - Definir o regimento.



CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM

- a) Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que o presidirá;
- b) Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, secretaria executiva;
- c) Ministério da Fazenda;
- d) Casa Civil da Presidência da República;
- e) Secretaria-Geral da Presidência da República;
- f) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- g) Ministério da Educação;
- h) Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;
- i) Ministério da Agricultura e Pecuária;
- j) Ministério da Pesca e Aquicultura;
- k) Ministério do Trabalho e Emprego;

- l) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome;
 - m) Ministério de Minas e Energia;
 - n) Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
 - o) Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
 - p) Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial;
 - q) Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial; e
 - r) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- II - oito representantes do setor empresarial, sindical e de empreendedorismo;
- III - oito representantes de organizações da sociedade civil que não se enquadrem na hipótese do inciso anterior; e
- IV - dois representantes de associações de estados e municípios.
- 

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM

Premissas

- Igualdade de gênero
- Representatividade
- Mandato de 2 anos
- 1 titular e 1 suplente
- Possibilidade de convidados adicionais
- Criação de grupos de trabalho para desenvolvimento de subsídios temáticos ao Fórum



CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS E DAS ATRIBUIÇÕES

- **Presidência exercida pelo MDIC**

- Direção
- Representação
- Administração
- Convocação
- Aprovação
- Delegação
- Outras

- **Secretaria Executiva exercida pelo MMA**

- Administração
- Organização
- Estabelecimento de procedimentos
- Assessoramento
- Acompanhar e apoiar os Grupos de Trabalho
- Suplência na representação
- Elaboração das atas
- outras



CAPÍTULO IV - DO FUNCIONAMENTO

- Reuniões ordinárias trimestrais, convocadas pela Presidência;
- Ou por solicitação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros;
- Reunião ordinária 10 (dez) dias de antecedência e pauta com 7 (sete dias) de antecedência;
- O quórum de reunião do Fórum é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples;
- Os locais das reuniões serão estabelecidos em Brasília/DF;
- Divulgação de relatórios anuais.



CAPÍTULO V - DOS GRUPOS DE TRABALHO

- 1 (um) Grupo de Trabalho permanente para cada eixo do Plano;
- Técnico-consultivos;
- Preferencialmente na proporcionalidade da composição do Fórum;
- A coordenação dos grupos de trabalho será feita pelos colíderes responsáveis por cada eixo do Plano Nacional de Economia Circular.



CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

VEDAÇÕES AOS MEMBROS

- Receber remuneração, a qualquer título e sob qualquer pretexto, por decorrência das atribuições como membro do Fórum Nacional de Economia Circular;
- Participar de discussão de matéria em que tiver interesse particular e conflitante, ainda que como representante de terceiros;
- Divulgar trabalhos técnicos e relatórios sem antes ter sido dada publicidade pelo Fórum

MODIFICAÇÕES DO REGIMENTO

- Aprovação de maioria absoluta
- Casos omissos resolvidos pela Presidência



Obrigado!



Ministério do Meio Ambiente e
Mudança do Clima

Eduardo Rocha Dias Santos

Diretor

eduardo.dias@mma.gov.br

(61) 20282118

Departamento de Gestão de Resíduos

Secretaria de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental

gov.br/mma

Plano Nacional de Economia Circular

Ações e Iniciativas

Plano Nacional de Economia Circular

Eixos	Colíderes setor público	Colíderes sociedade civil
I - Criar ambiente normativo e institucional favorável à economia circular	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC	Confederação Nacional da Indústria - CNI
II - Fomentar a inovação, a cultura, a educação e a geração de competências para reduzir, reutilizar e promover o redesenho circular da produção	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI	Fundação Ellen MacArthur
III - Reduzir a utilização de recursos e a geração de resíduos, de modo a preservar o valor dos materiais	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS
IV - Propor instrumentos financeiros de auxílio à economia circular	Ministério da Fazenda - MF Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	Instituto Brasileiro de Economia Circular - IBEC
V - Promover a articulação interfederativa e o envolvimento de trabalhadoras e trabalhadores da economia circular	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC	União Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil - UNICATADORES

Plano Nacional de Economia Circular

- **Priorização de Ações**

- Co-líderes de cada GT (Eixo) do Plano e MDIC
- Critérios
 - Complexidade: Trata da dificuldade de execução, considerando fatores como recursos necessários, tempo, número de partes envolvidas, riscos e incertezas. A ação exige muitos recursos ou coordenação entre diferentes atores? Existem barreiras técnicas, políticas ou institucionais?
 - Abrangência: É o tamanho do alcance da ação, ou seja, quantas pessoas ou áreas serão afetadas. Quantos públicos ou áreas serão beneficiados? O efeito será localizado ou sistêmico?
 - Impacto: Quanto a ação pode melhorar ou mudar algo importante. A ação contribui significativamente para os resultados esperados?
- *Ranking* preliminar
- Deliberação, ratificação e *ranking* final

Eixo I - Criar ambiente normativo e institucional favorável à economia circular

Macro-objetivo	Ações priorizadas
1.1. Estabelecer metas, padrões e indicadores quantificáveis para monitorar a circularidade	<p>1.1.1. Desenvolver um Diagnóstico Nacional Setorial, incluindo indicadores de acompanhamento de performance de circularidade, de forma a mapear:</p> <ul style="list-style-type: none">a) fluxos de materiais, incluindo o uso de recursos naturais e seus impactos associados, bem como sua produtividade em termos de valor agregado;b) modelos de negócios circulares existentes no Brasil e no mundo, identificando melhores práticas, metodologias, barreiras e oportunidades, considerando as especificidades do país;c) curva de maturidade por setor e ações para aprimoramento;d) mapear os gargalos e as lacunas que inibem o avanço da Economia Circular no país, promovendo as alterações necessárias.
1.3. Promover a articulação com outras políticas públicas e compromissos internacionais	<p>1.1.3. Definir critérios para a seleção dos setores prioritários da Estratégia Nacional de Economia Circular e elaboração dos planos setoriais correspondentes, com a participação das partes interessadas, bem como a metodologia-base para elaboração do Diagnóstico Nacional Setorial.</p> <p>1.3.6. Desenvolver critérios de circularidade no programa Selo Verde Brasil, tendo como base critérios de sustentabilidade, qualidade e durabilidade.</p>

Eixo I - Criar ambiente normativo e institucional favorável à economia circular

AÇÃO DE VINCULAÇÃO NO PLANEC	INICIATIVA	DESCRIÇÃO	INSTITUIÇÕES COORDENADORAS
1.1.1	Definição de Plano de Ação para o Diagnóstico Setorial	Contratar consultoria para elaborar Diagnóstico Nacional Setorial, incluindo a definição do Plano de Ação para o Diagnóstico Setorial do Brasil, o acompanhamento de consultas técnicas, revisão e validação, até a publicação da proposta final do Diagnóstico Setorial do Brasil.	MDIC, MF/GIZ, UNIDO
1.1.1	Realização de Oficinas de Dados em Economia Circular	Criar um ambiente colaborativo e estruturado para que organizações públicas, privadas e da sociedade civil possam identificar coletivamente lacunas, desafios e oportunidades relacionados ao acesso, transparência e compartilhamento de dados sobre Economia Circular no Brasil. A oficina pretende fomentar a construção conjunta de soluções concretas e práticas, capazes de gerar um impacto real e sustentável na gestão de informações, na formulação de políticas públicas e na definição de uma taxonomia nacional clara e consensuada sobre o que se entende por Economia Circular no país.	MF/GIZ, MDIC
1.1.1	Quadro Analítico de Dados e Indicadores de EC	Mapear dados e indicadores em Economia Circular, nos moldes de como foi feito na União Europeia, representando uma etapa para a produção de painel de indicadores e metas em Economia Circular.	MDIC
1.1.3	Definição de critérios e definir os setores prioritários da Estratégia Nacional de Economia Circular	Definir se os critérios para a seleção dos setores prioritários serão escolhidos por meio de consultoria contratada ou se se alinharão a políticas públicas como Plano Nacional de Mitigação (setorial indústria) e Taxonomia Sustentável Brasileira. Utilizar a série de normas ABNT ISO NBR 59000 para construir a metodologia-base, considerando especialmente os princípios da Economia Circular, as ações de circularidade, indicadores e as redes de valor.	MDIC

Eixo I - Criar ambiente normativo e institucional favorável à economia circular

AÇÃO DE VINCULAÇÃO NO PLANEC	INICIATIVA	DESCRIÇÃO	INSTITUIÇÕES COORDENADORAS
1.3.6	Mapeamento e definição de critérios de circularidade para Selo Verde	Mapear os critérios de circularidade (ex.: reciclabilidade, reutilização, durabilidade, conteúdo reciclado) existentes que podem ser incorporados ao Selo Verde e avaliar a integração de padrões globais de circularidade com os critérios do programa Selo Verde. Integrar métricas de ciclo de vida e pegada ambiental. Elaborar um framework que trace a correspondência entre critérios de sustentabilidade, qualidade e circularidade. Criar categorias diferenciadas dentro do selo (ex.: "elevados índice de reciclagem", "produto reutilizável", "embalagem circular", "remanufaturado"). Estabelecer processo participativo para construção dos critérios. Associar o selo a incentivos econômicos e regulatórios.	MDIC

ATORES-CHAVE

EIXO 1

Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA)

Associação Brasileira do Alumínio (ABAL)

Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC)

Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST)

Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM)

Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (ELETROS)

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Instituto Giro

Instituto Nacional da Reciclagem (INESFA)

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

Ministério da Fazenda (MF)

União Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil (Unicatadores)

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)

Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (SINDICERV)

Eixo II – Fomentar a inovação, a cultura, a educação e a geração de competências para reduzir, reutilizar e promover o redesenho circular da produção

Macro-objetivo	Ações priorizadas
2.2. Incentivar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação para a promoção da circularidade	2.2.1. Lançar Chamadas Públicas para fomento a ICTs/empresas/associações/ cooperativas para pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), relacionadas a diversas temáticas da Economia Circular.
	2.2.3. Fortalecer centros de Economia Circular com o objetivo de incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias e materiais que facilitem o desenho circular.
	2.2.4. Promover a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação em novas tecnologias para a reciclagem de materiais complexos e o desenho de produtos voltados à regeneração de ecossistemas na bioeconomia, além de fomentar a pesquisa aplicada em desenho circular, práticas circulares e no desenvolvimento de biomateriais sustentáveis.

Eixo II – Fomentar a inovação, a cultura, a educação e a geração de competências para reduzir, reutilizar e promover o redesenho circular da produção

AÇÃO DE VINCULAÇÃO NO PLANEC	INICIATIVA	DESCRIÇÃO	INSTITUIÇÕES COORDENADORAS
2.2.1	Articulação para lançamento de Chamadas Públicas correlatas à EC	Realizar reunião intergovernamental MCTI, MDIC, MMA e MEC para articular a inserção no FNDCT da demanda relativa às Chamadas Públicas correlatas à EC.	MCTI
2.2.1	Mapeamento de chamadas públicas e privadas em EC.	Mapear e divulgar chamadas públicas e privadas que se encontrem abertas na temática de EC (p.ex. CEF, BRA-ESP).	MCTI
2.2.3	Fortalecimento de Centros de Economia Circular e Mapear projetos e instituições em EC	Realizar levantamento e mapeamento de projetos, Centros de PD&I e INCTs que trabalham nas temáticas de EC, ativos nos últimos 5 anos.	MCTI
2.2.3	Apoio e/ou perspectivas de interação com as indústrias	Identificar iniciativas de PD&I bem-sucedidas e ainda em andamento sobre EC, para prospecção de necessidade de continuidade de apoio e/ou perspectivas de interação com as indústrias para adoção das tecnologias desenvolvidas e ganho de escala dos resultados.	MCTI

Eixo II – Fomentar a inovação, a cultura, a educação e a geração de competências para reduzir, reutilizar e promover o redesenho circular da produção

AÇÃO DE VINCULAÇÃO NO PLANEJ	INICIATIVA	DESCRIÇÃO	INSTITUIÇÕES COORDENADORAS
2.2.4	Articulação e realização de seminário	Realizar Seminário sobre práticas de EC vinculadas à bioeconomia regenerativa, com apoio dos integrantes do FNEC, MAPA, MPA, MDA, MIDR, da Embrapa e de outras instâncias diretamente envolvidas com o tema.	MCTI
2.2.4	Elaboração de um portfólio de iniciativas de EC inovadoras disponíveis.	Realizar Seminário com especialistas do grupo Elas na EC (ou Instituto Elas) para auxílio na prospecção e identificação de lideranças femininas nos diversos setores da EC, que podem contribuir tecnicamente com esta ação e apresentar atividades que desenvolvem para elaboração de um portfólio de iniciativas de EC inovadoras disponíveis.	MCTI

ATORES-CHAVE

EIXO 2

Academia Brasileira de Ciências (ABC)

Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (ELETROS)

Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII)

Fundação Ellen MacArthur

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Ministério da Educação (MEC)

Eixo III – Reduzir a utilização de recursos e a geração de resíduos, de modo a preservar o valor dos materiais

Macro-objetivo	Ações priorizadas
3.1. Minimizar resíduos desde a concepção do produto	3.1.2. Criar programas de incentivo para reduzir a geração de resíduos por meio de práticas circulares, além de promover o reaproveitamento de componentes e produtos, em setores como siderurgia, agroindústria, agropecuária, alimentos e bebidas, higiene e cosméticos, construção e edificações, têxteis e vestuários, eletroeletrônicos, dentre outros.
3.2. Incentivar a instalação de recicladoras em todo o País	3.2.2. Expandir a logística reversa e elaborar decretos para setores não regulamentados, estabelecendo metas, implementando projetos estruturantes, bem como adotando premissas de inclusão socioeconômica de catadoras e catadores de material reciclável.
3.3. Fomentar investimentos em infraestrutura e no uso de tecnologias para o desenvolvimento da Economia Circular	3.3.1. Expandir a infraestrutura de logística reversa, com suporte municipal à coleta, consolidação e encaminhamento de produtos pós-consumo para práticas circulares, assegurando a destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos e a inclusão produtiva de catadores.
3.4. Promover a articulação entre políticas de gestão de resíduos e Economia Circular	3.4.1. Promover a prevenção ao desperdício de alimentos e valorização de resíduos orgânicos, por meio da implementação do Plano Nacional de Redução de Resíduos Orgânicos Urbanos (Planaro).

Eixo III – Reduzir a utilização de recursos e a geração de resíduos, de modo a preservar o valor dos materiais

AÇÃO DE VINCULAÇÃO NO PLANEC	INICIATIVA	DESCRIÇÃO	INSTITUIÇÕES COORDENADORAS
3.2.2	Recircula Brasil	Rastrear os resíduos no país. Teve início com o setor do plástico, em parceria com a Abiplast, e está sendo replicada para outros setores (ex: alumínio, papel, vidro, têxtil, etc). O rastreio ocorre desde sua origem até a reinserção como matéria-prima na fabricação de um novo produto.	ABDI
3.2.2	Coopera +	Apoiar as Cooperativas de Catadores do Distrito Federal, por meio do Projeto Coopera +, com ações voltadas à aquisição de equipamentos e, também, na capacitação nos temas de gestão, logística, produção e economia circular. Adicionalmente, por meio do RECIRCULA BRASIL, pretende-se implementar o módulo Plataforma de Conexão Cooperativas e Indústrias para rastreabilidade dos resíduos para lastro dos créditos de reciclagem e créditos de carbono.	ABDI
3.2.2	Decretos de logística reversa	Normatizar sobre a estrutura de sistemas de logística reversa de produtos ou embalagens, indicando metas para recuperação e conteúdo reciclado, bem como responsabilidade de atores envolvidos.	MMA

Eixo III – Reduzir a utilização de recursos e a geração de resíduos, de modo a preservar o valor dos materiais

AÇÃO DE VINCULAÇÃO NO PLANEC	INICIATIVA	DESCRIÇÃO	INSTITUIÇÕES COORDENADORAS
3.3.1	Lei de Incentivo à Reciclagem (Lei nº 14.260/2021)	Estimular a cadeia produtiva da reciclagem por meio de incentivos fiscais destinados a pessoas físicas e jurídicas que apoiem projetos com impacto socioambiental. Seu propósito é fortalecer a economia circular, valorizar cooperativas de catadores e promover a gestão adequada de resíduos.	MF/MMA
3.4.1	PLANARO	Elaborar o Plano Nacional de Redução e Reciclagem de Resíduos Orgânicos Urbanos.	MMA
3.1.2	Programa Computadores para Inclusão	Destinar equipamentos eletrônicos recondicionados para Pontos de Inclusão Digital (PIDs), como escolas e instituições de ensino. O objetivo é promover a inclusão digital, oferecendo acesso gratuito à tecnologia para comunidades que necessitam.	MCom

ATORES-CHAVE

EIXO 3

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)

Associação Brasileira do Alumínio (ABAL)

Associação Brasileira de Embalagem de Aço (ABEAÇO)

Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast)

Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

Eixo IV – Propor instrumentos financeiros de auxílio à economia circular

Macro-objetivo	Ações priorizadas
4.1. Propor mecanismos financeiros para apoiar a implementação e expansão de práticas de Economia Circular	4.1.4. Propor fontes de financiamento e linhas de crédito específicas para os setores que atuam com produtos e modelos de negócio circulares, reciclagem, compostagem e biodigestão.
	4.1.5. Alinhar a Taxonomia Sustentável Brasileira às diretrizes previstas na Estratégia Nacional de Economia Circular para assegurar o estabelecimento de critérios técnicos que atendam aos seus objetivos.
4.3. Propor tratamento tributário adequado para reduzir a poluição e os resíduos	4.3.2. Implementar incentivos fiscais para atrair investimentos em plantas de remanufatura e recondicionamento.

Eixo IV – Propor instrumentos financeiros de auxílio à economia circular

AÇÃO DE VINCULAÇÃO NO PLANEC	INICIATIVA	DESCRIÇÃO	INSTITUIÇÕES COORDENADORAS
4.1.4	Tudo pela circularidade	Fortalecer a capacidade produtiva e de comercialização de cooperativas de materiais recicláveis gerando emprego e renda com o impulso à reciclagem no Brasil. Tem como objetivo ampliar o acesso ao mercado de crédito de logística reversa (CLR) para redes de cooperativas (federações e/ou confederações), cooperativas singulares e associações de catadores de materiais recicláveis.	BNDES
4.1.4	Edital CAIXA – Economia Circular	Impulsionar iniciativas que transformem resíduos em produtos de valor agregado por meio da Economia Circular (prazo: 18/8/2025), por meio de Chamada pública para seleção de projetos.	CAIXA
4.1.4	Eco Invest Brasil	Atrair capital estrangeiro e incentivar investimentos privados sustentáveis. O programa oferece mecanismos financeiros inovadores para proteger contra a volatilidade cambial. Visa viabilizar projetos de Economia Circular infraestrutura verde, recuperação de biomas e inovação tecnológica para a Transformação Ecológica.	MF
4.1.4	Fundo Clima - não reembolsável	Financiar projetos públicos e sociais voltados à mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Apoia iniciativas em áreas como resíduos, mobilidade, energia e economia circular.	FNMC/MMA

Eixo IV – Propor instrumentos financeiros de auxílio à economia circular

AÇÃO DE VINCULAÇÃO NO PLANEC	INICIATIVA	DESCRIÇÃO	INSTITUIÇÕES COORDENADORAS
4.1.4	BNDES Finem – Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos	Financiar projetos de investimentos públicos ou privados que visem à universalização do acesso aos serviços de saneamento básico e à recuperação de áreas ambientalmente degradadas	BNDES
4.1.4	BNDES Finem - Meio Ambiente - Recuperação de passivos ambientais	Financiar empreendimentos que recuperam áreas degradadas, mineradas ou contaminadas.	BNDES
4.1.4	BNDES Finem - Meio Ambiente - Planejamento e Gestão	Apoiar projetos voltados a gestão, capacitação, implantação de sistemas, estudos e certificações que aumentem a capacidade das empresas para: reduzir e mitigar riscos socioambientais; otimizar a utilização dos recursos empregados na mitigação do descarte de resíduos alinhados aos preceitos da economia circular; ou, ainda, implantar novos modelos de negócio baseados em economia circular.	BNDES
4.1.4	BNDES Finem - Meio Ambiente - Redução do uso de recursos naturais e materiais	Financiar empreendimentos que promovam a ecoeficiência, utilizem insumos provenientes de fontes recicladas ou renováveis (exclusive cana-de-açúcar), ou voltados à produção e/ou utilização de Biogás, Biometano, Hidrogênio de Baixo Carbono, armazenamento de energia e produção nacional de fertilizantes minerais e orgânicos.	BNDES

Eixo IV – Propor instrumentos financeiros de auxílio à economia circular

AÇÃO DE VINCULAÇÃO NO PLANEJAMENTO	INICIATIVA	DESCRIÇÃO	INSTITUIÇÕES COORDENADORAS
4.1.4, 4.1.5, 4.3.2	Promoção de uma Economia Circular (PromEC)	Promover uma economia circular socialmente inclusiva como foco em desenvolver e implementar instrumentos eficazes da política econômica; promover novos modelos de negócios para a economia circular; facilitar o acesso ao financiamento e a instrumentos financeiros adequados e apoiar processos participativos que envolvam representantes relevantes dos setores público, privado e da sociedade civil	MF/GIZ, MDIC, MMA
4.1.5	Taxonomia Sustentável Brasileira (2a fase)	Classificar quais atividades econômicas são sustentáveis. É um catálogo que identifica e define, com base científica e de forma objetiva, atividades econômicas, ativos e projetos que contribuem para objetivos ambientais, econômicos e sociais estabelecidos pela sociedade brasileira. A 2a fase contemplará critérios relativos às contribuições substantivas a partir do objetivo de Economia Circular.	MF
4.3.2	Lei de Incentivo à Reciclagem (LIR - Lei nº 14.260/2021)	Estimular a cadeia produtiva da reciclagem por meio de incentivos fiscais destinados a pessoas físicas e jurídicas que apoiem projetos com impacto socioambiental. Seu propósito é fortalecer a economia circular, valorizar cooperativas de catadores e promover a gestão adequada de resíduos.	MF/MMA

ATORES-CHAVE

EIXO 4

Ministério da Fazenda (MF)

Instituto Brasileiro de Economia Circular (IBEC)

Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES)

Caixa Econômica Federal (CEF)

Banco do Brasil (BB)

Banco do Nordeste (BNB)

Banco da Amazônia (BASA)

Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE)

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (ELETROS)

Instituto Nacional da Reciclagem (INESFA)

Eixo V – Promover a articulação interfederativa e o envolvimento de trabalhadoras e trabalhadores da economia circular

Macro-objetivo	Ações priorizadas
5.2 Fomentar políticas públicas de coleta e triagem, incentivos a cadeias produtivas e industriais de reciclagem, e a valorização de catadoras e catadores de materiais recicláveis	5.2.1. Incentivar a contratação de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reciclados, bem como atividades que envolvam a coleta, transporte, triagem e o processamento de resíduos, além de comunidades ligadas a manejos regenerativos para programas de conscientização ambiental.
5.3. Propor ações de desenvolvimento econômico regional, por meio de cadeias produtivas de reciclagem e negócios circulares.	<p>5.3.1. Desenvolver estudos de viabilidade e de potencial regional ou local, incluindo análises detalhadas dos fluxos de materiais disponíveis nos territórios e considerando dimensões econômicas, sociais e ambientais.</p> <p>5.3.2. Fomentar a criação e o fortalecimento de redes de cooperativas, associações e outras formas de organização social voltadas para a economia circular, visando à ampliação de escala e capacidade de comercialização</p>

Eixo V – Promover a articulação interfederativa e o envolvimento de trabalhadoras e trabalhadores da economia circular

AÇÃO DE VINCULAÇÃO NO PLANEJAMENTO	INICIATIVA	DESCRIÇÃO	INSTITUIÇÕES COORDENADORAS
5.2.1, 5.3.1, 5.3.2	Programa Pró-catadores	Promover inclusão socioeconômica de catadores e catadoras, por meio de ações junto a catadores autônomos ou organizados em cooperativas, a prefeituras e outros atores da cadeia de reciclagem	Sebrae, CIISC
5.2.1, 5.3.1, 5.3.2	Promoção de uma Economia Circular (PromEC)	Promover uma economia circular socialmente inclusiva como foco em desenvolver e implementar instrumentos eficazes da política econômica; promover novos modelos de negócios para a economia circular; facilitar o acesso ao financiamento e a instrumentos financeiros adequados e apoiar processos participativos que envolvam representantes relevantes dos setores público, privado e da sociedade civil	MF/GIZ, MDIC, MMA
5.2.1	Interredes	Fortalecer cooperativas de catadores com inclusão social, econômica e tecnológica. Promover capacitação, logística compartilhada e plataformas digitais para gestão de resíduos. Valorizar a cadeia de valores da reciclagem, ampliando mercados e gerando impacto ambiental positivo. O Projeto Piloto Inter Redes – Centro-Oeste.	MMA, MDIC, Cooper-Rama, MP/GO
5.2.1, 5.3.1, 5.3.2	COOPERA +	Fortalecer a cadeia de reciclagem com foco em cooperativas de catadores e catadoras. Lançado no DF e envolve Centcoop, Rede Alternativa e Central Centro-Oeste (CCO), sendo um modelo de política pública replicável nacionalmente	ABDI
5.3.1, 5.3.2	Conexão Cidadã	Apoiar gratuitamente e de forma personalizada, por meio de Escritório móvel, catadores e catadoras de materiais recicláveis, oferecendo acesso a programas sociais, políticas públicas e serviços essenciais.	CIISC

Eixo V – Promover a articulação interfederativa e o envolvimento de trabalhadoras e trabalhadores da economia circular

AÇÃO DE VINCULAÇÃO NO PLANEJAMENTO	INICIATIVA	DESCRIÇÃO	INSTITUIÇÕES COORDENADORAS
5.2.1	Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)	Regulamentar, por meio de decreto, da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais instituídos pela Lei nº 14.119/2021.	MMA
5.2.1, 5.3.1, 5.3.2	Tudo pela circularidade	Fortalecer da capacidade produtiva e de comercialização de cooperativas de materiais recicláveis gerando emprego e renda com o impulso à reciclagem no Brasil. Tem como objetivo ampliar o acesso ao mercado de crédito de logística reversa (CLR) para redes de cooperativas (federações e/ou confederações), cooperativas singulares e associações de catadores de materiais recicláveis.	BNDES
5.2.1, 5.3.1, 5.3.2	Edital CAIXA – Economia Circular	Impulsionar iniciativas que transformem resíduos em produtos de valor agregado por meio da Economia Circular (prazo: 18/8/2025), por meio de Chamada pública para seleção de projetos.	CAIXA
5.2.1, 5.3.1	Criação de um censo para mapear a cadeia da reciclagem	Realizar diagnóstico com o objetivo de levantar dados atualizados, permitindo uma visão abrangente da cadeia de reciclagem.	MDIC, MPO/IBGE, MMA, CIISC
5.2.1	Elaboração de guia orientativo (cases) de PSA para grandes geradores	Desenvolver guia com estudos de caso, diretrizes práticas e modelos operacionais de Pagamento por Serviços Ambientais voltados a grandes geradores, promovendo soluções replicáveis e adaptáveis a diferentes contextos.	MDIC

ATORES-CHAVE

EIXO 5

Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA)

Frente Parlamentar Mista da Mulher Catadora

Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE)

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) / SENAES

Ministério da Fazenda (MF)

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

Secretaria-Geral da Presidência da República

União Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil (Unicatadores)

PimpMyCarroça

Eu Sou Catador

Rede Alternativa

Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável - Conselho

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Sebrae Nacional

Apresentação da Intranet (ENEC/PLANEC)

SharePoint


Pesquisar este site

Plano Nacional de Economia Circular

Documentos

Listas

Lixeira

 **ENEC**
Estratégia Nacional
de Economia Circular

Integrantes dos Grupos de Trabalho Ver tudo

+ Adicionar novo item Editar no modo de exibição de grade Compartilhar Copiar link Exportar para o Excel Agrupado

	Representante	Instituição	E-mail	Telefone	Celular
>	Eixo: 1 (15)				
>	Eixo: 2 (5)				
>	Eixo: 3 (6)				
>	Eixo: 4 (5)				
>	Eixo: 5 (3)				

Ações Ver tudo

+ Adicionar novo item Editar no modo de exibição de grade Compartilhar Copiar link Exportar para o Excel Prioritárias

Eixo: 1 - Criar ambiente normativo e institucional favorável à Economia Circular (3)

1.1.1. Desenvolver um Diagnóstico Nacional Setorial, incluindo indicadores de acompanhamento de performance de circularidade, de forma a mapear:
a) fluxos de materiais, incluindo o uso de recursos naturais e seus impactos associados, bem como...

1.1.3. Definir critérios para a seleção dos setores prioritários da Estratégia Nacional de Economia Circular e elaboração dos planos setoriais correspondentes, com a participação das partes interessadas, bem como a metodologia-base para elaboração do Diagnóstico Nacional Setorial.

1.3.6. Desenvolver critérios de circularidade no programa Selo Verde Brasil, tendo como base critérios de sustentabilidade, qualidade e durabilidade.

Eixo: 2 - Fomentar a inovação, a cultura, a educação e a geração de competências para reduzir, reutilizar e promover o redesenho circular da produção (3)

2.2.1. Lançar Chamadas Públicas para fomento a ICTs/empresas/associações/cooperativas para pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), relacionadas a diversas temáticas da Economia Circular.

2.2.3. Fortalecer centros de Economia Circular com o objetivo de incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias e materiais que facilitem o desenho circular.

2.2.4. Promover a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação em novas tecnologias para a reciclagem de materiais complexos e o desenho de produtos voltados à regeneração de ecossistemas na bioeconomia, além de fomentar a pesquisa aplicada em desenho circular, práticas circulares ...

[https://mte.gov.br/sharepoint
.com/sites/PlanoNacionalde
EconomiaCircular](https://mte.gov.br/sharepoint/sites/PlanoNacionaldeEconomiaCircular)

#PÚBLICO

CHAMADAS PÚBLICAS 2025

Fundo Socioambiental

CAIXA

AGO 2025 | FSA CAIXA



[caixa.GOV.BR](https://caixa.gov.br)

Chamada Economia Circular

002/2025

Visão Geral

Objeto Apoiar projetos que transformem resíduos em produtos de valor agregado, promovendo:

- ⇒ Geração de renda
- ⇒ Inclusão socioeconômica
- ⇒ Fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis
- ⇒ Redução de desperdícios
- ⇒ Conscientização e capacitação para novos modelos de negócios



Eixos de Atuação

1. Economia Circular e Criativa
2. Modelos Inovadores Estruturação de Cadeias de Economia Circular
3. Metodologias de Abordagem Inovadora para Design de Produtos

**Atendimento a pelo menos
2 dos 3 eixos da chamada**



ECONOMIA CIRCULAR



CHAMADA 002/2025
R\$ 20 MILHÕES
CAIXA
FUNDO SOCIOAMBIENTAL

#PÚBLICO

O Projeto

Público beneficiário Pessoas em situação de vulnerabilidade, catadores(as) e pessoas com deficiência (PCDs)

Área geográfica Âmbito Regional (em 2 ou mais municípios de um mesmo estado)

Tempo de execução Entre 24 e 36 meses

**ECONOMIA
CIRCULAR**



CHAMADA 002/2025
R\$ 20 MILHÕES
CAIXA
FUNDO SOCIOAMBIENTAL

#PÚBLICO

Recursos Disponíveis

Valor total da chamada: **R\$ 20 milhões**

Valor por proposta:

Mínimo **R\$ 2 milhões**

Máximo **R\$ 5 milhões**

Itens Financiáveis

Bens e equipamentos

Consultorias técnicas

Capacitação

Obras e infraestrutura

Despesas com pessoal

Despesas Administrativas (até 15%)

Publicidade educativa e itens essenciais



Impacto Esperado

Metas esperadas

Redes de economia circular estruturadas

Geração de renda com proteção social

Inclusão produtiva de públicos prioritários

Sustentabilidade e continuidade após o projeto

CrITÉrios de avaliação

Inovação, escalabilidade, impacto social e ambiental



**ECONOMIA
CIRCULAR**



CHAMADA 002/2025

R\$ 20 MILHÕES

CAIXA

FUNDO SOCIOAMBIENTAL

#PÚBLICO

Inscrições

Inscrições até 18 de Agosto

Divulgação de Resultado Final COP 30 (11 de Novembro)

Chamadas de 2025

1. Agricultura Regenerativa (FSA + MDA)	R\$ 50 MILHÕES
2. Autonomia Feminina	R\$ 20 MILHÕES
3. Economia Circular	R\$ 20 MILHÕES
4. Turismo Regenerativo	R\$ 20 MILHÕES
5. Complementar do DIST 2024	R\$ 16 MILHÕES

Recurso total: mais de **R\$ 126 milhões**



Acesse

www.caixa.gov.br/fsa

Inscreva seu projeto!!!



MINISTÉRIO DAS
CIDADES



Secretaria Nacional de
Saneamento Ambiental - SNSA

FÓRUM NACIONAL DE ECONOMIA CIRCULAR

3ª Reunião - 08 de agosto de 2025

Caderno Temático de
Economia Circular





QUEM SOMOS?

Elaboradoras:

Marcela Nectoux

Nathália Menezes

Representante CGPM/SNSA/MCID

Geraldo Cunha



MINISTÉRIO DAS
CIDADES



Secretaria Nacional de
Saneamento Ambiental - SNSA

Ministério das Cidades - MCID



Secretaria Nacional de
Desenvolvimento Urbano e
Metropolitano



Secretaria Nacional
de Mobilidade
Urbana



Secretaria Nacional
de
Habitação



Secretaria Nacional
de
Periferias



Secretaria Nacional
de Saneamento
Ambiental

Organograma SNSA

MINISTÉRIO DAS
CIDADES



Secretaria Nacional de
Saneamento Ambiental - SNSA

DEPARTAMENTO DE REPASSES E FINANCIAMENTO – DRF

DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – DCOT Diretor – Marcello Pitrez

DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO RURAL E PEQUENOS MUNICÍPIOS - DSR

**Coordenação-Geral do Marco
Legal do Saneamento (CGML)**
Coord. Geral – Patrícia Areal

**Coordenação-Geral de
Planejamento e Monitoramento
(CGPM)**
Coord. Geral – Geraldo Cunha

**Coordenação-Geral de
Cooperação Técnica (CGCT)**
Coord. Geral – Allison Lopes

**Coordenação-Geral de Gestão da
Informação – (CGGI)**
Coord. Geral – Paulo Rogério Silva

**Coordenação do
Marco Legal (CML)**
Coordenador – Ana
Elisa Finazzi

**Coordenação de
Diretrizes
Regulatórias (CDR)**
Coordenador – Marco
Tourinho

**Coordenação de
Planejamento e
Monitoramento (CPM)**
Coordenador –
Samuel Cavalcante

**Coordenação de
Cooperação Técnica (CCT)**
Coordenadora – Daniela
Gois

**Coordenação de Gestão
Integrada (CGI)**
Coordenador – Sérgio Brasil



Principais atividades

- Novas Diretrizes do Marco do Saneamento;
- Conselho Interministerial de Saneamento Básico (CISB);

Principais atividades

- Diretrizes Regulatórias para o Saneamento Básico;
- Estudos Setoriais;

Principais atividades

- Plano Nacional de Saneamento Básico;
- Estudos Setoriais;
- Formulação de Políticas Públicas na Câmara Técnica de Planejamento e Investimentos do Cisb

Principais atividades

- Cooperação Técnica com Projetos Internacionais;
- Termo de Execução Descentralizada

Principais atividades

- Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA);
- Metodologia Acertar para o SINISA
- Estudos Setoriais;



MINISTÉRIO DAS
CIDADES



Secretaria Nacional de
Saneamento Ambiental - SNSA

O Plano Nacional de Saneamento Básico consiste no planejamento integrado do saneamento básico considerando seus quatro componentes: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, coleta de lixo e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, e possui o horizonte de 20 anos (2014 a 2033).



Coordenação-Geral de Planejamento e Monitoramento - CGPM

HISTÓRICO PLANSAB





Coordenação-Geral de Planejamento e Monitoramento - CGPM

DOCUMENTOS PRODUZIDOS

VOLUME I

- INTRODUÇÃO
- PRINCÍPIOS E DIRETRIZES
- BASES LEGAIS E INSTITUCIONAIS
- CONCEITOS TÉCNICOS

VOLUME II

- ANÁLISE SITUACIONAL DOS 4 COMPONENTES + ASPECTOS RELACIONADOS
- GESTÃO DO SANEAMENTO BÁSICO
- SANEAMENTO RURAL
- SAÚDE PÚBLICA
- TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS
- FAVELAS E COMUNIDADES URBANAS
- TERRAS INDÍGENAS
- SANEAMENTO ESCOLAR
- RAÇA E COR DA PELE

VOLUME III

- CENÁRIOS
- PROGRAMAS
- INVESTIMENTOS
- METAS
- NECESSIDADES DE INVESTIMENTOS
- ESTRATÉGIAS
- MONITORAMENTO DO PLANO NO PERÍODO 2023-2030

APÊNDICES AOS VOLUMES

*OBS: ALGUNS
PRODUTOS SERÃO
CONTRATADOS POR
CONSULTORIA.

Plansab - Revisão 2022

MINISTÉRIO DAS
CIDADES



Secretaria Nacional de
Saneamento Ambiental - SNSA

Cód	Nome	Fonte/Plano	Ano	Brasil	N	NE	SE	S	CO
R1	Índice de coleta de resíduos domiciliares	Censo/IBGE	2022	91,7	80,5	83,3	97,0	95,4	93,2
		Meta Plansab	2030	94,5	86,2	87,9	98,8	97,9	96,0
			2033	95,4	88,1	89,4	99,4	98,7	96,9
		Meta Planares	2032	98,9	96,5	97,0	100,0	100,0	100,0
R2	Índice de coleta de resíduos domiciliares no meio urbano	Censo/IBGE	2022	98,8	96,7	97,4	99,4	99,8	99,4
		Meta Plansab	2030	99,7	99,2	99,4	99,9	100,0	99,9
			2033	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
		Meta Planares	2032	98,9	96,5	97,0	100,0	100,0	100,0
R3	Índice de coleta de resíduos domiciliares no meio rural	Censo/IBGE	2022	39,0	15,8	32,3	55,3	62,2	27,0
		Meta Plansab	2030	62,3	45,2	53,1	82,8	83,8	60,8
			2033	70,0	55,0	60,0	92,0	91,0	72,0
		Meta Planares	2032	98,9	96,5	97,0	100,0	100,0	100,0

Plansab - Revisão 2022

MINISTÉRIO DAS
CIDADES



Secretaria Nacional de
Saneamento Ambiental - SNSA

Cód	Nome	Fonte/Plano	Ano	Brasil	N	NE	SE	S	CO
R6	Índice de coleta seletiva de recicláveis (% massa dos materiais recicláveis secos)	SNIS/SINISA	2022	7,14	2,26	4,02	6,06	20,91	7,11
		Meta Plansab	2030	44,68	24,34	23,21	54,69	72,43	38,60
			2033	57,20	31,70	29,60	70,90	89,60	49,10
		Meta Planares	2032	57,20	31,70	29,60	70,90	89,60	49,10
R7	Índice de recuperação de recicláveis (% recuperação/ reciclagem dos materiais recicláveis secos coletados)	SNIS/SINISA	2022	5,50	4,10	2,80	4,90	14,00	6,00
		Meta Plansab	2030	10,98	6,43	6,40	13,38	17,83	8,70
			2033	12,80	7,20	7,60	16,20	19,10	9,60
		Meta Planares	2032	12,80	7,20	7,60	16,20	19,10	9,60

Cadernos Temáticos

MINISTÉRIO DAS
CIDADES



Secretaria Nacional de
Saneamento Ambiental - SNSA

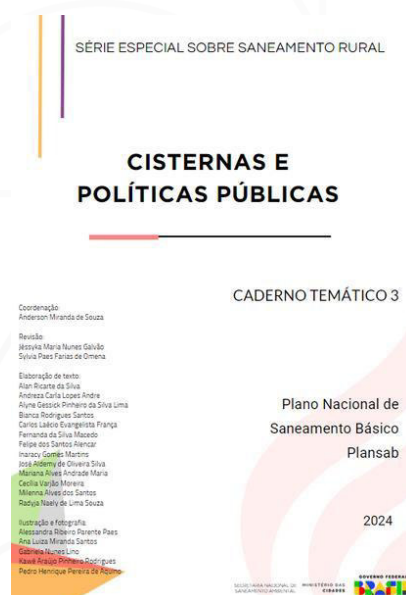
- ☒ **MÉTODO PARA ESTIMATIVA DE NECESSIDADE DE INVESTIMENTOS PARA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO.**
- ☒ **ALTERNATIVAS PARA A GESTÃO DO SANEAMENTO BÁSICO NAS ÁREAS RURAIS.**
- ☒ **CISTERNAS E SANEAMENTO BÁSICO.**
- ☒ **ECONOMIA CIRCULAR NO SETOR SANEAMENTO.**
- ☒ **OPERAÇÃO CARRO-PIPA COMO ALTERNATIVA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.**
- ☐ **SANEAMENTO ESTRUTURANTE RURAL.**
- ☐ **SANEAMENTO BÁSICO NO SEMIÁRIDO.**
- ☐ **SANEAMENTO BÁSICO NAS ÁREAS PERIFÉRICAS (A CONFIRMAR).**
- ☐ **SANEAMENTO E A ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS (A CONFIRMAR).**

*OBS: PRODUTOS
ELABORADOS POR
SETORES DA SNSA
OU POR
COLABORADORES
EXTERNOS.

Cadernos Temáticos

ABORDAGEM MAIS EXAUSTIVA DE TEMAS
QUE FORAM APENAS CITADOS NO PLANO
– SEJAM ELES TÉCNICOS,
ECONÔMICOS OU DA ESFERA DA
GESTÃO DO SETOR.

NA 2ª REVISÃO, ÊNFASE
EM DESAFIOS ENVOLVENDO A
GESTÃO DO SANEAMENTO,
SEJA URBANO OU
RURAL

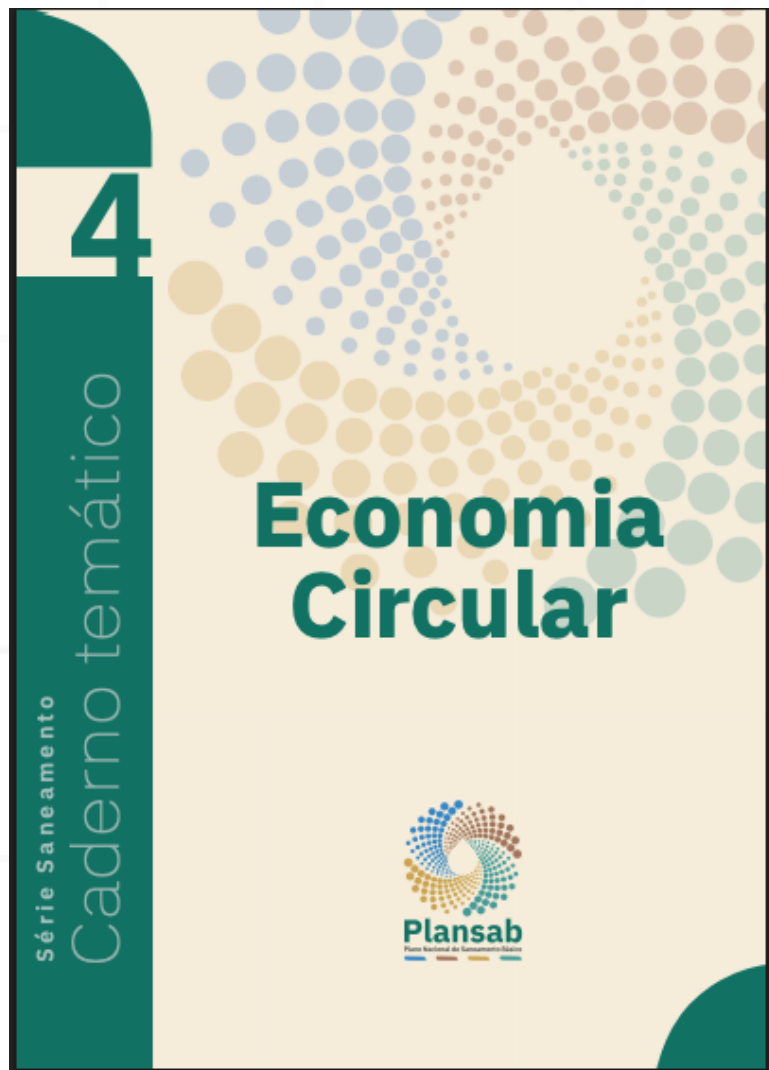




MINISTÉRIO DAS
CIDADES



Secretaria Nacional de
Saneamento Ambiental - SNSA





CAPÍTULO 2

Histórico e Contextualização da Economia Circular

CAPÍTULO 3

Economia Circular e Saneamento

CAPÍTULO 4

Cases de sucesso

CAPÍTULO 5

Desafios, instrumentos para implementação e visão de futuro da economia circular no saneamento



MINISTÉRIO DAS
CIDADES



Secretaria Nacional de
Saneamento Ambiental - SNSA

CAPÍTULO 4

Cases de sucesso





Aquapolo: água de reuso para fins industriais



Foto: acervo Aquapolo

Incluir destaques:

- ✓ Destaque 1
- ✓ Destaque 2



Sanepar – Aproveitamento de resíduos

Incluir destaques:

- ✓ Destaque 1
- ✓ Destaque 2



MINISTÉRIO DAS
CIDADES



Secretaria Nacional de
Saneamento Ambiental - SNSA

Sistema de armazenamento de biogás da ETE Atuba Sul



Foto: André Thiago Chaves Aguiar

Equipamento de secagem térmica de lodo de esgoto
da ETE Atuba Sul



Foto: André Thiago Chaves Aguiar



Ecoparque Jaboatão: transformando o passivo ambiental em oportunidades sustentáveis

Incluir destaques:

- ✓ Destaque 1
- ✓ Destaque 2



Recuperação energética de resíduos para avanço na gestão de resíduos de baixo carbono



Ecoparque de Jaboatão dos Guararapes



Foto: acervo Orizon



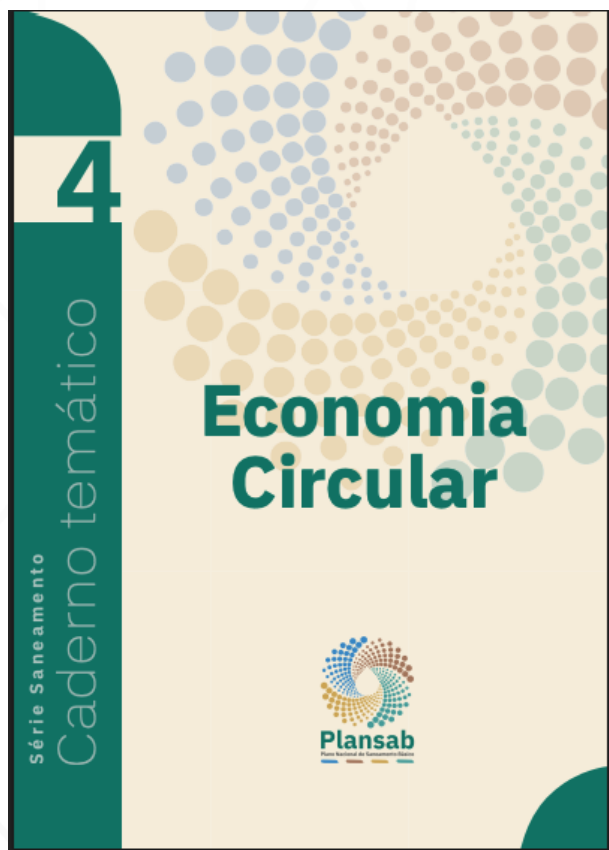
Foto: acervo Orizon



MINISTÉRIO DAS
CIDADES



Secretaria Nacional de
Saneamento Ambiental - SNSA





Vamos unir esforços? Obrigado!

Coordenação-Geral de Planejamento e Monitoramento
Departamento de Cooperação Técnica
Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
Ministério das Cidades

plansab@cities.gov.br

Chamada Pública MCTI/CNPq/CSIC nº 9/2025

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

CHAMADAS PÚBLICAS EM ECONOMIA CIRCULAR

Chamada Pública CNPq/SETEC/MCTI nº 06/2025 - Apoio a Eventos de Promoção do Empreendedorismo e da Inovação no Brasil

Objeto: Apoiar a realização de eventos nacionais e internacionais no Brasil nas áreas de promoção do empreendedorismo e da inovação

Público-alvo: Entidades nacionais públicas ou privadas sem fins lucrativos que incluam, em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário, a realização de atividades científicas, tecnológicas, de inovação e/ou de empreendedorismo

Valores: Eventos nacionais: até R\$ 150.000,00 / Eventos internacionais: até R\$ 200.000,00

Data de abertura: Segunda rodada: 04/08/2025, para eventos a serem realizados entre 01/01/2026 à 30/06/2026

Data limite para submissão: Segunda rodada: 18/09/2025

CHAMADAS PÚBLICAS EM ECONOMIA CIRCULAR

Chamada Pública MCTI/CNPq/CSIC nº 09/2025

Objeto: Apoiar projetos em cooperação científica e tecnológica entre Brasil e Espanha por meio de concessão de bolsas para mobilidade de pesquisadores em diversas áreas, com destaque para “produção mais limpa ou sustentável”

Público-alvo: Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), e/ou empresa privada constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no Brasil, empresa pública ou organização da sociedade civil sem fins lucrativos devidamente cadastrada no Diretório de Instituições do CNPq

Valores: Até R\$ 150.000,00 em bolsas para mobilidade de pesquisadores por projeto, totalizando valor global de R\$ 600.000,00 para a Chamada

Data de lançamento: 17/06/2025

Data limite para submissão: 12/09/2025

CHAMADAS PÚBLICAS EM ECONOMIA CIRCULAR

• Chamada Pública CNPq nº 12/2025 – Programa Institucional de Bolsas de Pós-Graduação (PIBPG) – Ciclo 2026

- **Objeto:** Concessão de bolsas de formação (mestrado e doutorado)
- **Público-alvo:** Instituição de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICT) ou Instituição de Ensino Superior (IES) devidamente cadastrada no Diretório de Instituições do CNPq
- **Valores:** Valores individuais de bolsas conforme “Tabela de Valores de Bolsas e Outros Benefícios no País”, do CNPq, totalizando o valor global de R\$ 430.008.633,60 na Chamada
- **Data de lançamento:** 04/08/2025
- **Data limite para submissão:** 17/09/2025



Resumo da Oficina: Dados para o Monitoramento da Economia Circular no Brasil



Objetivo Geral

Discutir os **desafios e caminhos** para a construção de **indicadores e sistemas de dados** para o **monitoramento do avanço da economia circular** no Brasil.





Organização e Parceria

- A oficina foi realizada em uma **parceria entre o Projeto PromEC (MF/GIZ/BMZ) e a Fundación Avina.**
- A implementação do PromEC é fruto da **Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável**, sendo executado em **parceria** pelo Ministério da Fazenda e pela GIZ, apoiado pelo Ministério Federal para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha.



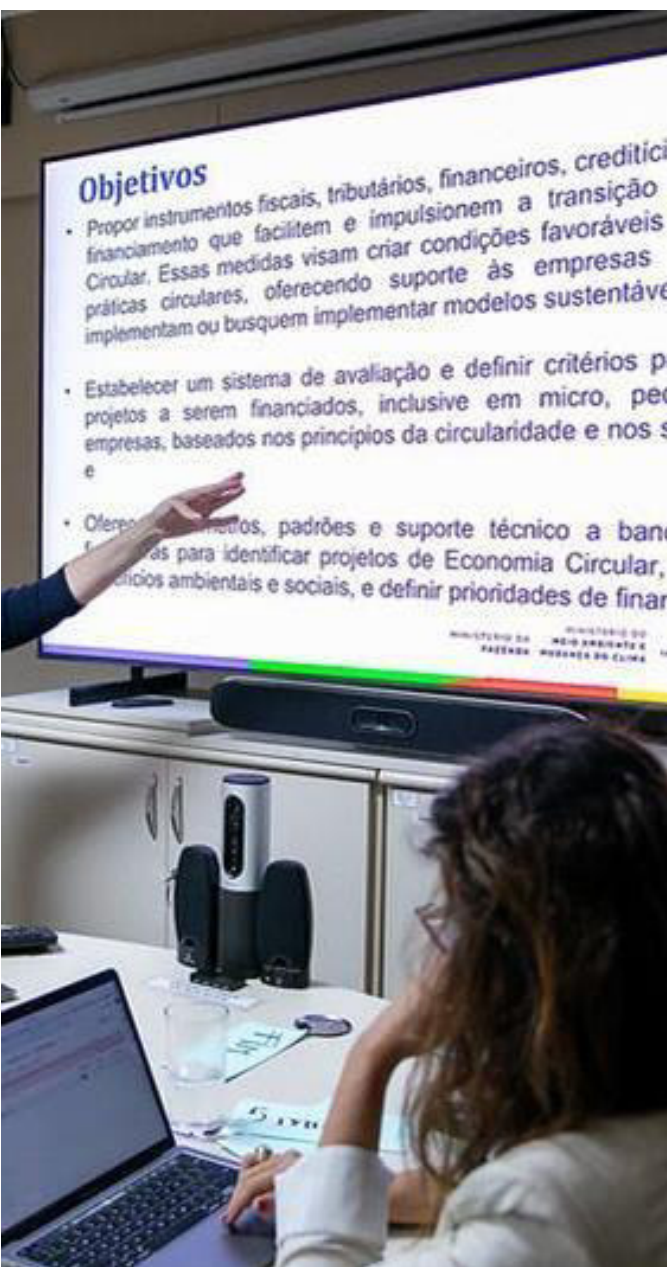
Alinhamento Estratégico

- A iniciativa contribui diretamente para o **Indicador 1 do Projeto PromEC**, que prevê o desenvolvimento de uma ferramenta de monitoramento para uma economia circular socialmente inclusiva, como instrumento de política pública, a ser implementada pelos ministérios brasileiros.
- Está também alinhada à implementação da **Plano Nacional de Economia Circular (PlanEC)**, pois a criação de um sistema de monitoramento é crucial para avaliar o progresso e orientar as políticas públicas na área, como previsto no **eixo 1 do PLANEC**.



Participantes

- O evento reuniu representantes estratégicos do governo, de cooperações internacionais e do setor privado, incluindo: MF, MDIC, MMA, MCTI, GIZ, Fundación Avina, PNUMA, SEBRAE, CNI e Global Methane Hub.



Principais Atividades Realizadas

- Apresentação do panorama sobre a atuação dos diferentes atores em relação aos dados de economia circular.
- Levantamento de indicadores e fontes de dados sociais, ambientais e econômicos.
- Debate sobre problemas e soluções para monitorar o avanço da circularidade no Brasil, considerando as necessidades das políticas públicas.

Encaminhamentos e Próximos Passos:

- Foi definida a **elaboração de uma proposta de Plano de Trabalho** com ações até 2027.
- O principal encaminhamento é a **construção de um quadro analítico para o monitoramento da circularidade**, que seja adequado à realidade brasileira, e tendo como base as boas práticas nacionais e internacionais.





MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

MINISTÉRIO DA
FAZENDA





ECOLOGICAL
TRANSFORMATION
PLAN

A NEW ECONOMY. A NEW FUTURE.

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Encaminhamentos

Reuniões do Fórum para 2025

Atividade	Data
1ª Reunião do Fórum Nacional de Economia Circular	14/02/2025
2ª Reunião do Fórum Nacional de Economia Circular	08/05/2025
3ª Reunião do Fórum Nacional de Economia Circular	07/08/2025
4ª Reunião do Fórum Nacional de Economia Circular	06/11/2025



Agradecemos a todos!